



PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A INCLUSÃO DO ESTUDANTE CEGO NA ESCOLA PÚBLICA: Limites e Possibilidades.

Tayna Santos Chaves
taynachaves1@outlook.com

RESUMO

Na prática docente, receber estudantes com deficiência é grande desafios para os professores, visto que é preciso tanto uma formação específica do professor, quanto da estrutura física e material do colégio adequado. Porém, existe uma dificuldade enorme em relação à contribuição da rede publica para a formação de professores tendo em vista que os estudantes existem e estão chegando cada vez mais cedo às escolas. Diante disso, este trabalho tem por objetivo analisar as práticas pedagógicas e inclusão do aluno cego em uma escola da rede municipal, verificando as possibilidades e desafios que o docente enfrenta. Á vista disso, o procedimento metodológico foi baseado na pesquisa qualitativa, com aplicação de questionário investigativo e análise dos materiais didáticos utilizados na escola. Os questionários junto as análises dos materiais demonstraram que a escola inclui o estudante cego o envolvendo junto aos demais, desenvolvendo e aprendendo os assuntos de forma mais acessível possível. Portanto, podemos constatar que, mesmo com quantos problemas na educação pública, pode-se oferecer uma educação de qualidade e inclusiva abrindo para eles novos caminhos e novas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades de aprendizagem - Cegueira - Inclusão - Formação.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa referente a praticas pedagógicas do estudante cego na escola publica, tem como objetivo conhecer e buscar soluções para as dificuldades encontradas por professores para trabalhar com estudantes cegos ou de baixa visão, ressaltando assim os limites e possibilidades encontradas no ambiente escolar.

O estudante cego tem assegurado por lei o direito de estudar assim como os demais estudantes, o inciso III do artigo 208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, principalmente na rede regular ensino. Na Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994), o MEC estabelece como Diretrizes da Educação Especial apoiar o sistema regular de ensino para a inserção dos portadores de deficiências e dar prioridade, quando do financiamento, a projetos institucionais que desenvolvam ações de integração. Esta mesma definição foi posteriormente reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N° 9394/96). Porém, existe um longo caminho de dificuldades para que seja realizada a inclusão desse estudante, quando falamos



em incluir não estamos apenas falando em recebê-lo, mas sim em garantir seu envolvimento com as atividades e seu desenvolvimento através de práticas pedagógicas acessíveis para todos. Não podemos apenas ter o estudante em sala de aula, mas temos que principalmente nos prepararmos para suas necessidades, nos adaptando às suas dificuldades e seus limites, de forma que o aprendizado seja garantido.

2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E A INCLUSÃO DO ESTUDANTE CEGO NA ESCOLA PÚBLICA.

Todos os estudantes tem direito a educação sem distinção de raça, cor ou qualquer outro aspecto. Porém, existem barreiras que atrapalham o trabalho do professor, algumas discutimos nesse artigo como a ausência de formação dos educadores para trabalhar com alunos deficientes. A própria LDB 9394/96 reconhece a importância para a inclusão e estabelece em seu Art. 59, que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...]

III-professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Para que a inclusão escolar aconteça, é necessário que todos estejam envolvidos, porém o professor tem papel importante nesse caminho, adotar práticas pedagógicas necessárias e um olhar de empatia voltado ao estudante com deficiência faz com que o sucesso da inclusão escolar seja obtido em maior escala. Para que os estudantes deficientes avancem é necessário que exista um preparo voltado aos professores pelo sistema público; recebê-los nem sempre é uma tarefa fácil, mas é obrigação do professor se adaptar e garantir o aprendizado. Em contrapartida, deveria ser uma obrigação do sistema garantir a formação adequada para o professor referente a cada deficiência e garantir materiais específicos que serão usados nas aulas.



Na inclusão, a ideia subjacente é que o aluno não se amolda à escola, ou seja, o problema, não estaria centrado na pessoa que tem necessidades específicas, mas nas interações que estabelece com as condições em ensino-aprendizagem que a escola possibilita (MAGALHÃES, 2003, p.4).

3 LIMITES E POSSIBILIDADES DE SE TRABALHAR COM UM ESTUDANTE CEGO EM SALA DE AULA.

Foi realizada uma pesquisa referente às dificuldades de se trabalhar com a inclusão de alunos cegos em sala de aula na cidade de Penedo, Alagoas. A experiência nos garantiu de forma significativa, aprendizados e diferentes olhares, referente à inclusão escolar e a educação inclusiva.

Sendo observado a escassez do investimento em inclusão, investimento esse quase zero, no município estão matriculados três crianças com deficiência visual sendo dois cegos e um com baixa visão, ambos estudam na mesma escola por apenas um profissional na cidade, capacitado para trabalhar com eles. De acordo com a pesquisa, pouco se sabe sobre técnicas para se trabalhar com cegos, o que foi conquistado até os dias de hoje foi por incentivo do profissional que atua nessa área, indo em busca de capacitações fora da cidade para realizar seu trabalho com o Braile, porém não basta apenas ter o profissional capacitado, existe a necessidade de ter materiais adequados para que o trabalho seja positivo e proveitoso.

A proposta pedagógica de educação inclusiva passa claramente pela oferta de oportunidades de aprendizagem diversificadas para os alunos, tal afirma Rodrigue (2006), ao anunciar que e “a ‘diferença é comum a todos’ e assumimos a classe como heterogênea é importante responder a essa heterogeneidade em termos de estratégias de ensino e aprendizagem” (p. 11). Os alunos existem, o conhecimento por parte do professor também deve existir e isso não condiz apenas com professores acompanhantes e sim com todos os professores que atendem nas escolas, sendo que o estudante deficiente deve conviver com outros estudantes em salas de aula e também devem ter aulas de vários professores e estes profissionais necessitam ter o mínimo de domínio do Braile para ajudar o aluno quando for necessário, abrindo para ele novas oportunidades e dando para eles autonomia no ambiente escolar.



Algumas dificuldades referentes à escola também foram observadas, como por exemplo, a falta de material, onde, por exemplo, os materiais que chegam não são totalmente acessíveis ao aluno deficiente, assim os mesmo não conseguem realizar algumas atividades sozinhos, na matéria de Matemática, não tem os materiais adequados para as aulas, só o básico. Mas o aluno vai avançando e é necessário que os recursos também avancem para que os alunos tenham oportunidades de aprender cada vez mais. A escola é a instituição que precisa desenvolver a inclusão, no entanto, ela só cumprirá com sua função quando houver investimento em formação continuada para os profissionais, visando assim abraçar de forma competente todos que chegam.

O professor da educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas. Cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (PRADO, FREIRE, 2001, p.5). A formação continuada possibilita uma atualização ao professor aprimorando sua prática profissional.

Atualmente é de extrema importância refletir sobre a qualidade da formação de professores, sendo analisado o que o sistema proporciona e de qual forma. Trabalhar em sala de aula exige um estudo referente a práticas pedagógicas, afinal estamos voltados a um ambiente diversificado e é necessária uma atenção especial a cada uma delas. Os professores precisam estar abertos à novas formas de ensino e precisam estar dispostos a sempre querer aprender mais, tendo o aluno sempre como foco independente de suas peculiaridades, pois concordamos com Mantoan (2003), quando diz que a “inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças”.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhar com educação é um grande desafio, com essa pesquisa podemos observar melhor alguns pontos importantes desses desafios, falar sobre inclusão é algo de extrema importância, mas incluir é mais importante ainda. Os desafios são muitos, em alguns casos são intensos e contínuos.



As diferenças existem e excluir não é e nunca foi o caminho para um melhor aprendizado, o professor tem um papel fundamental no desenvolvimento de seus estudantes deficientes, cabe ao professor observar e identificar sua importância, a exclusão precisa ser superada e cabe ao professor estar aberto as novas mudanças, buscar através da formação continuada o que o capacite a adotar estratégias que valorizem o que seus alunos já sabem, o que podem aprender e buscar sempre a melhor forma de incluir, evitando rótulos. Buscar na criança o que ela, sabe o que ela tem suas possibilidades, e não o que lhe falta, o defeito, o que a diferença da norma socialmente estabelecida. “Vauernagues diz que “ não se deve julgar as pessoas por aquilo que elas ignoram, mas sim pelo que sabem e pela maneira como o sabem” (MOYSES, 2001.p. 126).

Os professores devem ser pesquisadores e também devem sempre questionar o sistema, procurando sempre estratégias melhores para realizar o ato da inclusão. A escola deve ser um conjunto, onde todos juntos buscam interagir e aprimorar os conhecimentos, solidariedade e empatia são ações primordiais no ambiente escolar.

Quando um profissional se propõe trabalhar com educação ele deve ter em mente que pessoas são diferentes, que existem diferenças em todos os lugares do mundo e que aceitá-las, compreendê-las e trabalhá-las é o caminho para a superação dos tais problemas. Não se pode tapar o sol com a peneira e fingir que a realidade não existe, o aluno existe, ele tem direitos, ele merece uma educação de qualidade, ele precisa evoluir em seu aprendizado, cabe ao sistema e o professor trabalhar em conjunto e desenvolver estratégias para o ensino e aprendizado.

A formação do professor deve permanente, e o sistema deve ser o primeiro a garantir essa formação, não é apenas uma formação continuada e sim desde o início, nos primeiros anos da faculdade garantir na grade curricular matérias que os capacite a trabalhar com a inclusão, sendo assim, as escolas já estarão recebendo desde o início da carreira profissional, profissionais capacitados. É de total importância falar sobre a falta de instrumentos adequados para se trabalhar a inclusão, essa critica ao sistema desse ser feita por professores já que não adiante ter um profissional capacitado e não ter o material para realizar o trabalho.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.



6

NOVA ESCOLA. **Educação inclusiva: desafios da formação e da atuação em sala de aula.** São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/588/educacao-inclusiva-desafios-da-formacao-e-da-atuacao-em-sala-de-aula>>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

NASCIMENTO, R, P. **Preparando Professores para Promover a Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.** Londrina, 2009, pág. 19.

RODRIGUES, S.M. **Educação inclusiva e formação docente.** Minas Gerais: Diversa, 2012. Disponível em : <<https://www.diversa.org.br/artigos/educacao-inclusiva-e-formacao-docente/>>. Acesso em 10 de outubro de 2019.

BONATO, N.A.M; MEDEIROS, N.R. **Formação Continuada de Professores e Inclusão Escolar:** O olhar dos docentes da Área de Educação Física. São Paulo [s,d]. 12 pág



**IX ENCONTRO ALAGOANO DE PESQUISA EDUCACIONAL (EPEAL)
V ENCONTRO ALAGOANO DE ENSINO DE CIÊNCIAS
III ENCONTRO REGIONAL DA ANPAE/SECCIONAL DE ALAGOAS**

TEMA: CENÁRIOS E NECESSIDADES FORMATIVAS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

De 27 a 29 de novembro de 2019



PPGECIM
Programa de Pós-Graduação
em Ensino de Ciências e
Matemática

UNEAL

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE ALAGOAS**